Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2024

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do controlador até então mantidas pela CCB Holding, a transferência do controle acionário do Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A (antigo China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A) ora denominando "Bank of China (Brasil)", instituição controladora, iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o Bank of China Limited ("BOC"), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, atual controladora, no Brasil, do Banco da China Brasil S/A ("BOC Brasil"). A CCB Holding manteve participação minoritária de 31.4% no Banco.

Em 7 de junho de 2024 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União — DOU a aprovação da transferência do controle societário do Grupo Bank of China (Brasil) para o Bank of China Limited, dando continuidade ao processo de transição e cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias da transação. Em 7 de outubro de 2024 foram aprovadas as alterações das denominações sociais do Banco e suas subsidiárias e em novembro de 2024 foi concluído o processo geral de mudanças de razões sociais, nomes fantasias e endereços juntos aos órgãos reguladores.

A nova Administração, cuja posse ocorreu em 1º de fevereiro de 2024, submete a V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis preparadas com base nas premissas e estimativas aplicadas pela Administração anterior, do **BOC Brasil S/A — Crédito Financiamentos e Investimentos** ("BOC Brasil Financeira" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, elaboradas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil — BACEN.

Desempenho

Em 31 de dezembro de 2024 as operações de crédito do BOC Brasil Financeira, que correspondem a 32,6% de seus ativos, atingiram R\$ 15,9 milhões (R\$ 48,1 milhões em dezembro de 2023).

No encerramento do exercício de 2024, o patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$ 323 mil (R\$ 21,9 milhões em 31 de dezembro de 2023). O prejuízo exercício de 2024 foi de R\$ 21,5 milhões (prejuízo de R\$ 6,3 milhões no exercício de 2023).

Divulgação autorizada na Reunião de Diretoria de 19 de setembro de 2025.

A Diretoria.



São Paulo Corporate Towers

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores do

BOC Brasil S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos. (anteriormente denominado CCB Brasil S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos)
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do BOC Brasil S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos (anteriormente denominado CCB Brasil S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BOC Brasil S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalvas

Em 31 de dezembro de 2024, conforme mencionado nas notas explicativas n°14 e 16, a Companhia possui o montante de R\$ 42.727 mil registrados em Provisões e R\$ 3.877 mil em Outras Obrigações, respectivamente. A Diretoria não possui controle analítico sobre R\$ 4.238 mil do montante de Provisões e de R\$ 1.810 mil do montante de Outras Obrigações, portanto, não nos foi fornecida como documentação comprobatória sobre esses saldos. Consequentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre os saldos desses passivos da Companhia.

Adicionalmente, a Diretoria identificou que o montante de R\$ 1.354 mil, registrado como Outras Obrigações, é de responsabilidade de outra empresa do Conglomerado e, desta forma, foram reconhecidos incorretamente na Companhia. Consequentemente, a conta de Outras Obrigações está registrada a maior em R\$ 1.354 mil (R\$ 812 mil, líquido dos efeitos tributários).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa n°17 às demonstrações contábeis que indica que o patrimônio líquido da Companhia totaliza o montante de R\$ 323 mil, estando, portanto, abaixo do saldo mínimo exigido pela Resolução BACEN nº 2.607/99 e alterações posteriores. A Diretoria está tomando medidas junto ao acionista controlador para recomposição do capital realizado e patrimônio líquido. Essa condição indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações contábeis, a Companhia possui contabilizado o montante de R\$ 17.601 mil decorrente de receitas com prestação de serviços e tarifas incorridas com empresas do Conglomerado Bank of China (Brasil). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 17 de abril de 2024, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a Companhia possui o montante de R\$ 42.727 mil registrados em Provisões e R\$ 3.877 mil em Outras Obrigações, respectivamente. A Diretoria não possui controle analítico sobre R\$ 4.238 mil do montante de Provisões e de R\$ 1.810 mil do montante de Outras Obrigações, portanto, não nos foi fornecida como documentação comprobatória sobre esses saldos. Consequentemente, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre os saldos desses passivos da Companhia.



Adicionalmente, a Diretoria identificou que o montante de R\$ 1.354 mil, registrado como Outras Obrigações, é de responsabilidade de outra empresa do Conglomerado e, desta forma, foram registrados incorretamente na Companhia. Consequentemente, a conta de Outras Obrigações está registrada a maior em R\$ 1.354 mil (R\$ 812 mil, líquido dos efeitos tributários).

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações Contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Companhia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de setembro de 2025.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Gilberto Bizerra De Souza Contador CRC-RJ076328/O

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	
Circulante e não circulante				
Instrumentos Financeiros		44.539	48.214	
Disponibilidades		482	505	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	26.068	1.061	
Operações de crédito	6	15.973	48.100	
Outros instrumentos financeiros	7	2.748	2.931	
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	8	(732)	(4.383)	
Ativos Fiscais		139	11.813	
Impostos a compensar		139	1.986	
Crédito tributário	11.a	-	9.827	
Outros Ativos	12	2.202	22.265	
Ativos não Financeiros mantidos para Venda	9	57	81	
Custo		322	360	
Provisão para redução ao valor recuperável		(265)	(279)	
Investimentos		1.967	1.876	
Participações societárias	10	1.965	1.874	
Outros investimentos		2	2	
Imobilizado		92	148	
Custo		3.940	3.972	
Depreciação acumulada		(3.848)	(3.824)	
Ativo Intangível		-	-	
Custo		2.191	2.191	
Amortização acumulada		(2.191)	(2.191)	
Total do Ativo		48.996	84.397	

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de reais) (continuação)

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros		1.701	19.616
Depósitos diversos	13	1.701	19.616
Provisões	14	42.727	35.022
Obrigações Fiscais		368	2.723
Impostos correntes		368	2.723
Outras Obrigações	16	3.877	5.182
Total do Passivo		48.673	62.543
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17.a	187.676	187.676
Ações em Tesouraria	17.b	(443)	(443)
Prejuízos acumulados		(186.910)	(165.379)
Total do Patrimônio Líquido		323	21.854
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		48.996	84.397

Demonstração do Resultado Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		3.374	7.413	15.279
Operações de crédito	19	2.199	5.832	15.003
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	20	1.175	1.581	276
Despesas da Intermediação Financeira		(1)	(74)	(4.401)
Operações de captações no mercado	21	(1)	(74)	(4.401)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Esperada ao Risco de Crédito		3.373	7.339	10.878
Reversão de provisão para perda esperada ao risco de crédito	8	479	179	74
Resultado líquido da Intermediação Financeira		3.852	7.518	10.952
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(13.650)	(19.249)	(16.302)
Receitas com prestação de serviços e tarifas	18	7.885	17.601	21.130
Despesas de pessoal	22	(4.960)	(11.088)	(11.772)
Outras despesas administrativas	23	(5.395)	(10.733)	(11.001)
Outras receitas operacionais	24	2.470	4.691	3.582
Outras despesas operacionais	25	(1.653)	(3.344)	(6.289)
Resultado de participações societárias	10	16	62	248
Provisão para passivos contingentes	15.a	(12.013)	(16.438)	(12.200)
Resultado Operacional		(9.798)	(11.731)	(5.350)
Resultado não operacional	26	44	27	89
Resultado Antes da Tributação		(9.754)	(11.704)	(5.261)
Imposto de Renda e Contribuição Social		139	(9.827)	(1.048)
Imposto correntes	11	139		(271)
Impostos diferidos	11	-	(9.827)	(777)
Prejuízo do semestre/exercícios		(9.615)	(21.531)	(6.309)
Quantidade de ações (mil)		116.231	116.231	116.231
Prejuízo por ação - R\$		(80,08)	(0,19)	(0,05)

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do semestre/exercícios	(9.615)	(21.531)	(6.309)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do semestre/exercícios	(9.615)	(21.531)	(6.309)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital Social	Ações em tesouraria	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	187.676	(443)	(159.070)	28.163
Prejuízo do exercício			(6.309)	(6.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	187.676	(443)	(165.379)	21.854
Mutaa saa da ayarafaia			(6.300)	(6.300)
Mutações do exercício	<u>-</u> _		(6.309)	(6.309)
Saldos em 01 de janeiro de 2024	187.676	(443)	(165.379)	21.854
Prejuízo do exercício			(21.531)	(21.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	187.676	(443)	(186.910)	323
Mutações do exercício			(21.531)	(21.531)
Saldos em 01 de julho de 2024	187.676	(443)	(177.295)	9.938
Prejuízo do semestre			(9.615)	(9.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	187.676	(443)	(186.910)	323
Mutações do semestre			(9.615)	(9.615)

Demonstração dos Fluxos de Caixa — Método Indireto Exercícios e semestre findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais		2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do semestre/exercícios		(9.615)	(21.531)	(6.309)
Ajustes ao Resultado		11.429	25.945	12.504
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	8	(479)	(179)	(74)
Atualização de depósitos em garantias	24	(72)	(107)	(131)
Provisão para passivos contingentes	15.a	12.013	16.438	12.200
Outras provisões operacionais	26	3	20	31
Depreciação e amortização	23	27	55	69
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	11.a	-	9.827	777
Resultado de participações societárias	10	(16)	(62)	(248)
(Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	26	(47)	(47)	(120)
Lucro ajustado	-	1.814	4.414	6.195
Redução na carteira de crédito		11.848	28.654	48.662
Redução (aumento) em outros instrumentos financeiros e outros ativos		1.595	22.201	(14.925)
(Redução) aumento em captação no mercado		1.701	(17.915)	(36.822)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4)	(410)	-
Pagamento de contingências	15.a	(6.074)	(8.353)	(5.895)
(Redução) aumento em outras obrigações		(2.502)	(3.659)	167
Caixa Líquido Originado (Utilizado) em Atividades Operacionais	-	8.378	24.932	(2.618)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		52	52	162
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos		52	52_	162_
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	_	8.430	24.984	(2.456)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	•	18.120	1.566	4.022
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	26.550	26.550	1.566
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>-</u>	8.430	24.984	(2.456)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BOC Brasil S/A – Crédito, Financiamentos e Investimentos ("BOC Brasil Financeira" ou "Financeira"), anteriormente denominado CCB Brasil S/A – Crédito, Financiamentos e Investimentos, sediado na Alameda Santos, nº 960 – São Paulo – S.P – Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A ("Bank of China (BRASIL)" ou "Banco"), integrante do grupo Bank of China Limited ("BOC"), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, e tem como atividade preponderante a atuação no mercado financeiro, voltada para o segmento de crédito ao varejo por meio de operações de financiamento de aquisição de bens e serviços, crédito pessoal e crédito consignado em todo o território nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do controlador até então mantidas pela CCB Holding, a transferência do controle acionário do Bank of China (Brasil), iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o Bank of China Limited ("BOC"), atual controladora, no Brasil, do Banco da China Brasil S/A ("BOC Brasil"). A CCB Holding manteve participação minoritária de 31,4% no Banco.

Em 7 de junho de 2024 o Banco Central do Brasil publicou no Diário Oficial da União – DOU a aprovação da transferência do controle societário do Grupo Bank of China (Brasil) para o Bank of China Limited, dando continuidade ao processo de transição e cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias da transação. Em 7 de outubro de 2024 foram aprovadas as alterações das denominações sociais do Banco e suas subsidiárias e em novembro de 2024 foi concluído o processo geral de mudanças de razões sociais, nomes fantasias e endereços juntos aos órgãos reguladores.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Novas normas emitidas com vigência futura

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas principais políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da lei das Sociedades por Ações — Lei nº 6.404/76 alterada pelas leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associada às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 02/20 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 02/20, revogou a Circular Bacen nº 3.959/19, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa das demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 28).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23 da Resolução BACEN nº 02/20, o BOC Brasil Financeira optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as principais políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Diretoria em 19 de setembro de 2025.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Grupo Bank of China (Brasil), entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

i) Resolução CMN nº 4.966/21

A Resolução CMN n° 4.966/21, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN n° 5.100/23 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025.

As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas são:

- 1. Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/21): O BOC Brasil Financeira estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 117 (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 15,9% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), que inclui provisão mínima requerida, provisão adicional, além das provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:
- I A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- II A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.
- III Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/23, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso. O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 70, após os efeitos tributários.
- 2. Impactos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/21, a Lei nº 14.467/22 (com as alterações da Lei nº 15.078/24) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

- **3. Nas demais mudanças** da adoção inicial não identificamos impactos na aplicação do conceito da taxa efetiva e na remensuração dos ativos financeiros que estavam em stop accrual em 31 de dezembro de 2024.
- ii) Resolução CMN n° 4.975/21

A Resolução CMN n° 4.975/21 com sua respectiva atualização estabelece critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil em observância ao CPC 06 (R2) — Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025. A Administração está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

iii) Instrução Normativa BCB nº 493/24

A instrução Normativa BCB nº 493/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 426, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

iv) Instrução Normativa BCB nº 494/24

A instrução Normativa BCB nº 494/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 427, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

v) Instrução Normativa BCB nº 495/24

A instrução Normativa BCB nº 495/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 428, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

vi) Instrução Normativa BCB nº 496/24

A instrução Normativa BCB nº 496/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 429, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

vii) Instrução Normativa BCB nº 497/24

A instrução Normativa BCB nº 497/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 430, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

viii)Instrução Normativa BCB nº 498/24

A instrução Normativa BCB nº 498/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 431, de 1º de dezembro de 2023, de define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

ix) Instrução Normativa BCB nº 499/24

A instrução Normativa BCB nº 499/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 432, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

x) Instrução Normativa BCB nº 500/24

A instrução Normativa BCB nº 500/24 altera a Instrução Normativa BCB nº 433, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. A presente Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação do BOC Brasil Financeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme CPC 03 e Resolução CMN nº 4.818/20, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Carteira de crédito e provisão para perda associada ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda associada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 6.d – Composição da carteira por níveis de risco.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.
- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O BOC Brasil Financeira não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria. O reconhecimento é efetuado de acordo com a Resolução BCB nº 4.747/19.

g) Participação societária

As participações societárias, nas demonstrações contábeis, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

h) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social.

O estoque de créditos tributários registrado foi calculado pela aplicação da alíquota de 25% para impostos de renda e de 15% para contribuição social.

i) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O BOC Brasil Financeira não possui ativos contingentes de êxito provável;
- Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

k) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as principais políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros mensurados a valor de mercado.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O BOC Brasil Financeira revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023	
Depósitos bancários	482	505	
Aplicações no mercado aberto	26.068	1.061	
Total	26.550	1.566	

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações no mercado aberto - circulante	26.068	1.061

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

6. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

	31/12/2024	31/12/2023
Crédito pessoal consignado	15.973	45.925
Financiamentos de veículos	<u></u> _	2.175
Total	15.973	48.100

b) Diversificação por setor de atividade

	31/12/2024	31/12/2023	
Pessoas físicas	15.973	46.343	
Setor Privado – Outros serviços		1.757	
Total	15.973	48.100	

c) Diversificação por prazos

	31/12/2024	31/12/2024 %		%
Vencidos a partir de 15 dias	132	0,83	788	1,64
Até 03 meses	2.565	16,06	7.158	14,88
De 03 meses até 01 ano	5.649	35,36	15.504	32,23
Subtotal circulante	8.346	52,25	23.450	48,75
Não circulante	7.627	47,75	24.650	51,25
Total	15.973	100	48.100	100

d) Composição da carteira por níveis de risco

		31/12/2024			31/12/2023	
Nível de risco	Base de cálculo	% (*)	Provisão	Base de cálculo	% (*)	Provisão
А	15.149	94,84	76	36.752	76,41	184
В	79	0,49	1	3.263	6,78	33
С	17	0,11	1	1.851	3,85	55
D	41	0,26	4	1.799	3,74	180
Е	22	0,14	7	584	1,21	175
F	10	0,06	5	131	0,27	66
G	52	0,33	36	99	0,21	69
Н	603	3,77	602	3.621	7,53	3.621
Total	15.973	100	732	48.100	100	4.383

^(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Níveis de concentração de risco

	31/12/20	024	31/12/2023		
	R\$	%	R\$	%	
Maior devedor	74	0,46	4.007	8,33	
10 Maiores devedores	601	3,76	6.413	13,33	
100 Maiores devedores	3.635	22,76	10.627	22,09	

f) Cessão de crédito

Em anos anteriores aos apresentados foram realizadas operações de aquisição de crédito junto ao controlador Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A.

As referidas aquisições estavam classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" e o valor registrado como direitos por operações vinculadas à cessão, era apresentado no grupo operações de crédito. Em 31 de dezembro de 2024 os saldos de cessão de crédito foram zerados (Dezembro/23 – R\$ 4.007). A receita dos direitos por operações vinculadas registrada no exercício de 2024 foi de R\$ 212 (Dezembro/23 – R\$ 1.633) que se encontram na rubrica da Demonstração de Resultado "Resultado de Operações de crédito" (nota 19), decorrentes da apropriação "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estavam sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – ATIVO

	31/12/2024	31/12/2023
Devedores por depósito em garantia (nota 15.a)	2.748	2.931
Valores a receber	2.772	2.772
Provisão de valores a receber	(2.772)	(2.772)
Total	2.748	2.931
Não circulante	2.748	2.931

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

8. PROVISÃO PARA PERDA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	4.383	9.548
Reversão de provisão para créditos dos períodos	(179)	(74)
Subtotal	4.204	9.474
Baixas para prejuízo	(3.472)	(5.091)
Saldo final	732	4.383
Circulante	443	2.890
Não circulante	289	1.493
Total	732	4.383
Percentual da provisão sobre carteira de créditos	4,58%	9,11%
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 19)	(822)	(2.556)

Em 31 de dezembro de 2024 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R\$ 11.634 (Dezembro/23 – R\$ 30.163). Destaca-se que, conforme parágrafo 3º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99, considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. Neste caso, incluem-se renegociações que não implicam, necessariamente, em adequações frente a questões relacionadas à capacidade de pagamento dos contratos em si, mas toda e qualquer alteração nas condições de pagamento originalmente pactuadas. O saldo de provisão para os créditos renegociados é de R\$ 529 (Dezembro/23 – R\$ 1.122).

9. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	31/12/2024	31/12/2023
Veículos e outros bens	322	360
Provisão para redução ao valor recuperável	(265)	(279)
Total	57	81

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

10. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As principais informações das sociedades controladas diretas são assim demonstradas:

		31/12/2024					
Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
BOC Brasil Promotora de Vendas Ltda.	1.354.000	98,33%	1.998	92	90	1.965	1.874
Subtotal					90	1.965	1.874
BOC Brasil Cobrança Ltda. (*)	110.402.810	96,25%	(54)	(29)	(28)	(52)	(24)
Total					62	1.913	1.850

^(*) Em decorrência do Patrimônio Líquido do BOC Brasil Cobrança Ltda. apresentar saldo devedor, o montante equivalente à participação do BOC Brasil Financeira está registrado em outras obrigações.

11. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Créditos tributários diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais não circulante, apresentaram a seguinte movimentação no período:

				Baixa Res. nº	
	31/12/2023	Realizações	Adições	4.842/20	31/12/2024
Imposto de Renda					
Provisão para perda associada ao risco de crédito	1.641	(1.246)	-	(395)	-
Provisão para contingências e outras	2.397	(226)	9	(2.180)	-
Subtotal	4.038	(1.472)	9	(2.575)	-
Prejuízo fiscal	2.130	-	-	(2.130)	-
Total – Crédito Tributário IRPJ	6.168	(1.472)	9	(4.705)	<u>-</u>
Contribuição Social					
Provisão para perda associada ao risco de crédito	984	(747)	-	(237)	-
Provisão para contingências e outras	1.439	(136)	5	(1.308)	-
Subtotal	2.423	(883)	5	(1.545)	-
Base negativa da CSLL acumulada	1.236	-	-	(1.236)	-
Total – Crédito Tributário CSLL	3.659	(883)	5	(2.781)	<u>-</u>
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	9.827	(2.355)	14	(7.486)	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Realização dos Créditos tributários - em razão do baixo volume de operações de crédito e a revisão estratégica que vem sendo efetuada pelo novo controlador, as projeções realizadas para a data base 31 de dezembro de 2024, indicaram que a Financeira não irá gerar lucros tributários futuros suficientes para a absorção dos créditos tributários até então registrados.

	31/12/2024	:	31/12/2023
Ano Projetado	Total		Total
Valor Projetado		-	9.827
Valor Presente (*)		-	6.814
% Realização		-	

^(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

O BOC Brasil Financeira possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor de R\$ 37.740 (Dezembro/23 – R\$ 32.576), ao lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias no montante de R\$ 24.456 (Dezembro/23 – R\$ 15.088), para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 4.848/20 de até 10 anos.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023		
Apuração	<u>IR</u>	<u>CS</u>	<u>IR</u>	<u>cs</u>	
Resultado antes da tributação	(11.704)	(11.704)	(5.261)	(5.261)	
Base de cálculo	(11.704)	(11.704)	(5.261)	(5.261)	
Adições temporárias	13.728	13.728	11.719	11.719	
Adições permanentes	38	38	160	160	
Exclusões	(6.556)	(6.556)	(5.565)	(5.565)	
Resultado fiscal	(4.494)	(4.494)	1.053	1.053	
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo					
Negativa CSLL	-	-	(316)	(316)	
Resultado fiscal após compensação	(4.494)	(4.494)	737	737	
Encargos às alíquotas de IR e CSLL	-	-	111	111	
Adicional de 10% de IR	-	-	49		
Impostos correntes	-	-	160	111	
Conciliação do Resultado					
Impostos correntes	-	-	160	111	
(=) Provisão IR e CSLL	-	-	160	111	
Constituição de crédito tributário (sobre adições					
temporárias)	(9)	(5)	-	-	
Constituição de crédito tributário (s/ Prejuízo Fiscal e			(70)	(47)	
base de cálculo negativa CSLL)	-	-	(79)	(47)	
Baixas de crédito tributário	4.705	2.781			
Realização do crédito tributário (sobre reversão de	1 472	002	404	202	
adições temporárias)	1.472	883	484	293	
Realização do crédito tributário (s/ Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)			79	47	
(=) Efeito líquido do crédito tributário	6.168	3.659	4 84	293	
- · · · - · · · · · · · · · - · · · · ·	6.168		644	404	
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	0.108	3.659	044	404	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

12. OUTROS ATIVOS

31/12/2024	31/12/2023
1.184	21.131
798	701
220	381
-	52
2.202	22.265
1.404	21.564
798	701
2.202	22.265
	1.184 798 220 - 2.202 1.404 798

^(*) Refere-se, substancialmente, a remuneração de prestação de serviços de gestão de carteira de crédito consignado registrado no controlador Bank of China (Brasil), que abrangem fomentação e captação de operações, análise de crédito, formalização, marketing, suporte, gestão, atendimento ao cliente, cobrança e todos os demais serviços necessários à boa administração da carteira de crédito.

13. DEPÓSITOS DIVERSOS

	31/12/20	024	31/12/2023		
	Até 03 meses Total		Até 03 meses	Total	
Saldos credores em contas de empréstimos e financiamentos	1.701	1.701	-	-	
Depósitos interfinanceiros	-	-	19.616	19.616	
Total	1.701	1.701	19.616	19.616	

14. PROVISÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para contingências (nota 15)	36.658	28.573
Provisões de serviços a pagar de correspondente no país	3.812	3.820
Provisões para despesas de pessoal	479	979
Outras provisões	1.778	1.650
Total	42.727	35.022
Circulante	6.069	6.449
Não circulante	36.658	28.573
Total	42.727	35.022

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

15. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O BOC Brasil Financeira é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Provisões classificadas como perda provável

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes.

Processos cíveis

O BOC Brasil Financeira possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 27.248 (Dezembro/23 – R\$ 19.032). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Processos trabalhistas

O BOC Brasil Financeira possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 9.410 (Dezembro/23 – R\$ 9.541). As provisões têm relação com profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável

Descrição	31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	31/12/2024
Cíveis	19.032	5.737	(1.395)	10.449	(6.575)	27.248
Trabalhistas	9.541	1.196	(204)	655	(1.778)	9.410
Total	28.573	6.933	(1.599)	11.104	(8.353)	36.658

Para as contingências acima descritas o BOC Brasil Financeira depositou em garantia (nota 7 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 2.748 (Dezembro/23 – R\$ 2.931) sendo R\$ 1.452 – processos Cíveis (Dezembro/23 – R\$ 1.153) e R\$ 1.296 de processos trabalhistas (Dezembro/23 – R\$ 1.778).

b) Processos classificados como perda possível

Processos cíveis

O BOC Brasil Financeira possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 37.627 (Dezembro/23 – R\$ 48.799). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Processos trabalhistas

No BOC Brasil Financeira existem processos, que estão classificados como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 6.778 (Dezembro/23 – R\$ 5.570). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 282 (Dezembro/23 – R\$ 270): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido, bem como a desconstituição da multa isolada em decorrência da não homologação das compensações declaradas.

CSLL / 2015 — valor envolvido R\$ 705 (Dezembro/23 — R\$ 660): pleiteia na esfera administrativa a desconstituição do débito de CSLL, relativo ao ano de 2015, lançado por auto de infração, fundamentado na falta ou insuficiência de pagamento da CSLL decorrente da majoração da alíquota da CSLL promovida pela aprovação da Medida Provisória nº 675/2015, de 15% para 20%.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Credores diversos – país	2.323	4.210
Sociais e estatutárias	338	962
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 18)	1.216	10
Total	3.877	5.182
Circulante	3.877	5.182

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do BOC Brasil Financeira apresentava em 31 de dezembro de 2024 saldo inferior ao mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.607/99 totalizando o montante de R\$ 323, gerando um déficit patrimonial de R\$ 6.677. Este desenquadramento decorreu principalmente pela readequação da carteira de crédito varejo da BOC Financeira, a partir da mudança do controle societário, descrito na nota 1. A Administração do Bank of China (Brasil) (controladora) em conjunto com a Administração do BOC Brasil Financeira está adotando medidas para a recomposição de capital.

a) Capital Social

O quadro de acionistas do BOC Brasil Financeira está disposto da seguinte maneira:

Bank of China (Brasil)
Banco Múltiplo S/A
Total de ações
Total em Reais

	31/12/2024			31/12/2023	
Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
58.036.140	58.195.263	116.231.403	58.036.140	58.195.263	116.231.403
58.036.140	58.195.263	116.231.403	58.036.140	58.195.263	116.231.403
93.710	93.966	187.676	93.710	93.966	187.676

Ações

b) Ações em tesouraria

	31/12/2024	31/12/2023
Ações em tesouraria	(443)	(443)

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 corresponde a 166.747 ações ordinárias e 7.624 ações preferenciais, todas sem valor nominal no montante de R\$ 443 (Dezembro/23 – R\$ 443).

c) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

18. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de operações do BOC Brasil Financeira com o seu controlador, controladas diretas e pessoal chave da administração, podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	482	505	-	-
BOC Brasil Banco Múltiplo (a)	482	505	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	26.068	1.061	1.581	276
BOC Brasil Banco Múltiplo (a)	26.068	1.061	1.581	276
Operações de Cessão de Crédito – Resolução				
nº 3.533/2008	-	4.007	212	1.633
BOC Brasil Banco Múltiplo (a)	-	4.007	212	1.633
Provisão para Operações de Cessão de Crédito				
– Resolução nº 3.533/2008	-	(349)	348	239
BOC Brasil Banco Múltiplo (a)	-	(349)	348	239
Repasse Cessão de Crédito	8	172	-	-
BOC Brasil Banco Múltiplo (a)	8	172	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	(19.616)	(74)	(4.401)
BOC Brasil Banco Múltiplo (a)	-	(19.616)	(74)	(4.401)
Valores a pagar Sociedades Ligadas	(1.216)	10	-	-
BOC Brasil Banco Múltiplo (a)	(1.216)	-	-	-
BOC Brasil Cobrança Ltda. (b)	-	10	-	-
Valores a receber Sociedades Ligadas	1.184	21.131	17.601	21.130
BOC Brasil Banco Múltiplo (a)	1.166	21.130	17.601	21.130
BOC Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b) (a) Controlador (b) Controlada	18	1	-	-

a) Vencimentos e taxas das operações

<u>-</u>	31/12/2024		31/12/2023	
_	Taxa	Vencimento	Taxa	Vencimento
Compromissadas pré-fixadas (LFT)	12,15%	02/01/2025	11,65%	02/01/2024
Depósitos interfinanceiros pós-fixadas (CDI)	-	-	100%	12/01/2024

b) Prestação de serviços para o controlador

A remuneração dos serviços prestados equivale a 2,8% do saldo médio da carteira de crédito consignado, líquido dos créditos cedidos, registrado no controlador ao longo dos últimos 12 meses.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Benefícios de curto prazo - Diretoria executiva e Comitê de Auditoria.

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros da Diretoria Executiva, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações impostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a Diretoria executiva de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro.

c.1) Benefícios de longo prazo

O BOC Brasil Financeira não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

19. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2º Semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	1.896	4.798	10.814
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota			
8)	283	822	2.556
Operações de crédito adquiridas (nota 6.f)	20	212	1.633
Total	2.199	5.832	15.003

20. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2º Semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas	1.175	1.581	276

21. DESPESA COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2º Semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	-	(73)	(4.401)
Outras	(1)	(1)	-
Total	(1)	(74)	(4.401)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

22. DESPESA DE PESSOAL

	2º Semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Salários	(3.056)	(6.528)	(6.333)
Encargos Sociais	(1.280)	(2.934)	(3.361)
Benefícios	(621)	(1.595)	(1.945)
Outros	(3)	(31)	(133)
Total	(4.960)	(11.088)	(11.772)

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de processamento de dados	(2.155)	(4.161)	(4.088)
Despesas de serviços de terceiros	(1.426)	(2.860)	(3.263)
Despesas de aluguéis e taxas	(851)	(1.694)	(1.523)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(199)	(427)	(417)
Despesas com busca e apreensão	(134)	(221)	(308)
Despesas de manutenção e conservação	(57)	(147)	(180)
Despesas de amortização e depreciação	(27)	(55)	(69)
Despesas de transporte e viagens	(29)	(30)	(36)
Despesas com seguros	(7)	(7)	(69)
Despesas com emolumentos judiciais e cartoriais	(1)	(4)	(214)
Outras despesas	(509)	(1.127)	(834)
Total	(5.395)	(10.733)	(11.001)

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de encargos e despesas	2.014	4.173	2.685
Reversão da provisão Participação nos lucros -			
Empregados	369	369	-
Atualização de depósitos em garantia	72	107	131
Outras rendas operacionais	15	42	766
Total	2.470	4.691	3.582

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(1.063)	(2.320)	(2.770)
Participação nos Lucros - Empregados	(338)	(406)	(776)
Taxas de processamento	(93)	(319)	(749)
Despesas com comissões	(122)	(259)	(734)
Eventos de perda	-	-	(791)
Provisão para perda de ativos não financeiros	-	-	(98)
Outras despesas operacionais	(37)	(40)	(371)
Total	(1.653)	(3.344)	(6.289)

26. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre		
	2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de alienação de bens	47	47	120
Provisão para Imparidade de ativos não financeiros			
mantidos para venda	(3)	(20)	(31)
Total	44	27	89

27. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

Alinhada às diretrizes relacionadas ao gerenciamento de riscos das Instituições Financeiras e estabelecidas pelo Banco Central, em Resolução BCB nº 334/23 e Resolução CMN nº 4.557/17, o BOC Brasil Financeira segue a Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A, que é aplicada em todas as suas empresas.

Esta circular dispõe sobre as condições de apetite ao risco, condutas e procedimentos adequados para dimensionar, monitorar, controlar e relatar os riscos internamente.

Deste modo, com a aplicação de suas Políticas de Gerenciamento de Riscos, o Conglomerado Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A visa também o atendimento dos requisitos regulatórios relacionados aos controles internos de suas atividades, impostos pela Resolução CMN nº. 4.968/21.

A gestão dos riscos envolve diversas estruturas da governança do Conglomerado Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A: o seu Conselho de Administração, Diretoria Executiva por meio de decisões colegiadas apoiadas pelos seus demais Comitês.

O Relatório de Gestão de Riscos do Conglomerado Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A (não auditado) encontra-se disponível para leitura no site http://www.br.ccb.com no menu Institucional | Governança Corporativa| Gestão de Riscos | Relatórios de Gerenciamento de Risco.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Conglomerado Bank of China (Brasil). Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

Gestão do Risco de Crédito

O Conglomerado Bank of China (Brasil) possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito controlada pelo banco, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto, os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações.

O Conglomerado Bank of China (Brasil) possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Análise de sensibilidade

A Instituição conduziu análise de sensibilidade utilizando cenários de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada fator de risco de mercado relevante o qual a Instituição está exposta em seus portfolios na data de encerramento de cada período. Desta forma, para sua elaboração identificou-se os fatores de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o BOC Brasil Financeira possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Riscos, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros que impactam no aumento ou redução das exposições a riscos.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às principais políticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Tabela Cenários

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10% nos fatores de risco de mercado, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2024.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nos fatores de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2024.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50 % nos fatores de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2024.

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do BOC Brasil Financeira e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira BOC Brasil Financeira – resultados para os fatores de risco em 31 de dezembro de 2024 (R\$ mil)

Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Pré-fixado	(168)	(411)	(794)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

28. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do BOC Brasil Financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Nos exercícios de 2024 e 2023 não houve registro de resultados não recorrentes.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Instrumentos Financeiros Derivativos

O BOC Brasil Financeira não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro 2024 e 2023.
